



HAL
open science

Sobre viver

Marc-Antoine Diego Guidi, Jean-Luc Moriceau, Isabela dos Santos Paes

► **To cite this version:**

Marc-Antoine Diego Guidi, Jean-Luc Moriceau, Isabela dos Santos Paes. Sobre viver. AFETOS. Pesquisas, reflexões e experiências em encontros com Jean-Luc Moriceau, Selo PPGCOM UFMG, pp.9 - 23, 2019, 978-85-54944-21-6. hal-02165645

HAL Id: hal-02165645

<https://hal.science/hal-02165645>

Submitted on 5 Sep 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

CAPÍTULO 1

Sobre Viver¹

DIEGO GUIDI

JEAN-LUC MORICEAU

ISABELA PAES

PAISAGEM DESFIGURADA

Uma trincheira e um muro. Não se trata da fronteira entre Israel e Palestina, mas era o que delimitava, o que mantinha a ocupação Tomás Balduino à parte, impedindo-a de se estender. De um lado a linha de alta voltagem, de outro a comunidade vizinha na qual havia se enxertado. Ao fundo um fosso circulando a ocupação se encarregava de separá-la exatamente da parte do morro por onde poderia se estender. O limite deixava a comunidade ainda mais vulnerável aos ataques e assédios da polícia ou das milícias. A separação era também esse pequeno curso de água sobre a qual boiavam espumas químicas... um banho espumante de rejeitos de todos os bairros do entorno. Como um suco extraído das descargas poluentes que se encontram próximas. Estava ainda às margens da ocupação, acompanhado por W., estudante da UFMG e membro das Brigadas Populares e apreendendo um pouco do que haveria de encontrar quando nela entrássemos.

1. Texto traduzido por Ângela Cristina Salgueiro Marques (UFMG), com a permissão dos autores.

Era a primeira vez que eu entraria em uma ocupação ilegal. Não havia conseguido encontrar quase nada a seu respeito antes de ir para lá. Estava alerta e na defensiva. Inquieto diante do desconhecido, mas também diante das marcas esculpidas em mim pelos filmes sobre as favelas. Inquieto também pela lembrança de uma experiência trágica. Três de meus amigos haviam sido assassinados há cerca de dez anos no centro do Rio de Janeiro por um jovem da favela de Bangu, com a qual havíamos trabalhado. E certas imagens voltavam à memória na medida em que passamos dos subúrbios de Belo Horizonte, depois de Ribeirão das Neves, cada vez mais longe, cada vez mais pobres, até chegarmos nesse bairro que me parecia o mais desolador dentre todos aqueles que eu havia conhecido.

A terra vermelha, os tijolos recuperados, os materiais reciclados, os postes de eletricidade na entrada e principalmente aquela fossa ao redor da favela... a ocupação se apresentava como uma pequena colina surreal com ares de fim do mundo.

Havíamos conversado com W. sobre nosso desejo de iniciar um projeto sanitário, mas eu não via como fazer isso: sem orçamento e sem uma equipe formada, como fazer alguma coisa? Eu tinha experiência na implementação de projetos-piloto, adquirida quando passei alguns meses na Índia e na Bolívia, mas estava paralizado pela amplitude da poluição diante de meus olhos: aquele riacho com suas espumas visivelmente tóxicas e as terríveis descargas de lixo ao redor da favela. Com medo, tomava consciência do tamanho do campo de trabalho trazido pela experiência na qual embarcava, tanto em sua dimensão ecológica, quanto social e humana.

E, ao mesmo tempo, eu sentia um apelo para me engajar, para fazer alguma coisa. Essa paisagem se impunha como um rosto. Um rosto que me interpelava ainda mais por estar desfigurado, com uma cicatriz provocada pelo fosso e pelo rio, com descargas de lixo a céu aberto formando furúnculos de tamanhos diversos. Essa paisagem-rosto significava para mim a impossibilidade de ir embora, de abandoná-la. Raiva, medo, vergonha, ira, todos esses afetos tinham alguma parte na definição do acontecimento e de sua perturbação. O e quem que é afetado é o e quem que não é definitivamente mais o mesmo. Eu havia ido até lá para fazer alguma coisa e eis que era eu mesmo que me sentia desfeito, mexido e emocionado. Eu tinha ido lá para agir, mas eis que agora alguma coisa se impunha a mim. Lingis (1998) fala de um imperativo para designar essa necessidade de se ajustar à situação,

ao lugar. Um tal imperativo não ordena a agir sobre, mas a entrar em ressonância com o contexto e se conformar ao que ele nos indica.

Um lugar não fala, ele não ordena, mas ele nos mobiliza porque nos afeta. Não escutar esses afetos que surgem no encontro com o lugar, repeli-los como parasitas seria não querer conhecê-lo, aplicar um modelo pré-imaginado para intervir, sem desejar aprender ou compreender alguma coisa. O afeto é, em primeiro lugar, uma exposição, uma capacidade de se deixar impressionar por aquilo que se manifesta. É nossa maneira de entrar em contato, não por meio de explicações, mas pela experiência. Afirmamos que a pesquisa requer distanciamento, que é preciso observar de um ponto de vista externo, preservar o controle. Mas, ao entrar nessa ocupação, uma posição como essa significaria recusar o encontro. Seria assumir um saber “já dado” sobre ela, sem ter a necessidade de aprender com um lugar no qual eu entrava pela primeira vez.

O afeto nos coloca em uma posição vulnerável de abertura e de recepção. Ele é a sensibilidade que nos abre ao outro, a outros sentidos. O encontro sensível com o outro, para Lingis (LETICHE & MORICEAU, 2018), é um dom. Ele nos faz pensar, sentir, experimentar, nos mostra ou nos ensina o que não sabíamos, o que não conhecíamos. O dom de repensar, de recontactar. O afeto não nos coloca diante de algo já conhecido, ele nos desloca diante do estranho e do estrangeiro. Estes nos convidam a percorrer um outro mundo, ou melhor, algo se constitui em uma interferência. O que Lingis nos ensina, em consonância com Lévinas, é que esse contato é ético antes de ser epistêmico. O encontro com o outro desfaz qualquer dispositivo de investigação que poderia enquadrar a pesquisa. A paisagem como rosto nos impulsiona a uma responsabilidade antes de nos ensinar. E é nesses momentos que compreendemos o que Lévinas nos indica ao destacar a ética como filosofia primeira, o que vem antes da epistemologia, da ontologia ou da política.

CONTÁGIOS

Após duas semanas nas quais percorremos todos os dias essa paisagem - momentos em que encontramos os rostos da comunidade -, era tempo de iniciar o projeto. Junto com W., decidimos intervir durante uma reunião semanal de votação, organizada pela e para a comunidade. Essa reunião

acontecia todas as terças-feiras, às 19h, sobretudo depois da chegada das Brigadas Populares, em fins de 2013.

O dia tinha sido extenuante e muito quente, e passamos grande parte dele planejando a execução do projeto “Bairro Limpo”. A noite começava a envolver lentamente a ocupação e as pessoas do bairro chegavam pouco a pouco, tendo o pôr do sol como pano de fundo. Mães com seus filhos nos braços, homens ainda com uniformes de trabalho: cerca de trinta pessoas, sobretudo de famílias, formaram um círculo ao lado da árvore que marcava o ponto de encontro. Esta é localizada em um cruzamento um pouco mais largo de duas ruas de terra principais, essa terra vermelho-sangue, carregando as cores de vários anos de luta pela liberdade e por um pequeno pedaço de terra, nada mais que alguns poucos metros quadrados por pessoa, e um lote a ser cultivado por cada uma das famílias.

Os animados debates começaram a respeito das ações jurídicas, que estavam no centro das preocupações de cada um. Era o motivo principal da pauta dessa reunião: informar os habitantes da comunidade sobre as ações conduzidas pelo advogado voluntário das Brigadas Populares, ações feitas com as partes externas envolvidas, com a municipalidade... Ações conduzidas para mobilizar os habitantes, mas sobretudo para dar-lhes esperança, para lutar contra a depressão e o fatalismo.

W. começou então a apresentar o projeto “Bairro Limpo” e me passou a palavra. Eu estava muito nervoso ao falar com essa comunidade ao vivo e falando em português. Mas eu também estava seguro, sobretudo confiante por causa do trabalho realizado durante duas semanas junto à comunidade e de um projeto parecido já implementado na Bolívia. Meu português tem um sotaque forte e que fez algumas das pessoas no círculo rirem, trazendo leveza ao contato. Expliquei o projeto e insisti sobre a participação coletiva no esforço de separação do lixo nas casas. Depois, propus uma votação para confirmar essa seleção do lixo na origem: decidimos coletivamente que ela seria feita dentro das casas. Um ampla maioria aprovou levantando a mão.

Identificamos também algumas pessoas interessadas pelo trabalho de coleta, de reciclagem e de compostagem. Estávamos procurando pessoas com uma sólida experiência de reciclagem, com um passado de “catadores”. Uma delas tinha até um carrinho, uma pequena charrete de coleta, puxada à mão e na qual se pode colocar os resíduos coletados e separados para retirar, revender ou levar para os centros municipais de triagem e descarga.

Esse início de constituição da equipe é um grande passo para a consolidação do projeto, em direção a uma implementação concreta e rápida. Assim como o voto claro e público da participação da grande maioria. Minhas duas experiências passadas me mostraram a influência da maioria, e mesmo já do ponto crítico (mais de 10%), que se transforma em uma pressão coletiva que solicita a ação individual.

Eu sentia a esperança no tom das pessoas que ali se encontravam, em suas questões que demonstravam vontade de agir, de contribuir. Eu me abasteci dos sorrisos das pessoas dessa comunidade, de sua força de viver! Para mim é um alívio enorme, uma onda de confiança e de conforto misturados. Eu queria evitar uma abordagem neo-colonialista, e por isso me sentia confortado pela participação da Universidade local em colaboração com as “Brigadas Populares”, mas sobretudo pelo envolvimento dos líderes da comunidade.

As reuniões semanais acolhem a maior parte dos membros da comunidade, os votos implicam os habitantes no projeto e essa implicação se materializa por ações simples: a triagem dos dejetos em duas categorias (orgânicos e inorgânicos) nas casas. A equipe de catadores de Tomás Balduino, que se constitui de modo pragmático, mostra um desejo de aprendizagem progressivo e autônomo dentro da comunidade. A aquisição de experiência e de saberes, assim como a vontade de contribuir, são compartilhadas.

Entre o imperativo de agir e o agir imperialista, a fronteira é geralmente difícil de precisar. O risco de se pensar ser aquele que sabe e entrar em um modo de ação colonial é concreto. O ativismo e o intervencionismo podem tomar a forma seja de uma ação política, seja humanista, ou ainda espiritual (o que não é o caso). É, em todos esses casos, um engajamento de vida. E como podemos nos dividir entre ação e reflexão? Conhecemos os riscos da ação realizada sem refletir e da reflexão isenta de agir, e a posição assumida corre o risco de ser condenada tanto pela universidade, quanto pelos envolvidos.

Não era nosso desejo implementar um projeto (algo que se impõe de cima para baixo), conduzir uma mudança, mas participar de uma obra coletiva, e aprender com o processo durante nosso gesto de contribuir com ele. Para conduzir uma mudança, nos perguntávamos como motivar, como fazer as pessoas aderirem a um projeto já pronto. Nosso desafio era fazer com que o projeto pudesse fazer comunicar uma ideia, uma fagulha, um desejo,

estimulando condições para que alguma coisa pudesse ser inventada em comum. Mais do que competências, esperávamos contribuições; mais do que a adesão dos sujeitos, esperávamos um movimento coletivo. Mas como iniciar sem impor? E como saber o que seria da ordem da espontaneidade, o que se produziria sem nosso estímulo?

A contribuição de cada um anuncia o começo de uma ação coletiva, a esperança da estruturação formal de uma ação feita em uma comunidade ilegal e por ela, de elaborar uma forma do comum nesse setor que chamamos de informal.

Os afetos são contagiosos. Eles passam entre os corpos e se comunicam (STEWART, 2007). Eles criam intensidades segundo esquemas e distribuições que não são sempre fáceis de prever. Eles contaminam. Mas eles circulam frequentemente nos dois sentidos ao mesmo tempo. Estávamos afetados e empolgados pelas respostas das pessoas, por um movimento coletivo, mas também aqueles que estavam ali reunidos estavam afetados e inflamados por nossas proposições e nossa presença.

Os afetos e intensidades que se comunicam dessa maneira não promovem uma mudança, mas iniciam uma individuação. Para Simondon (2005), os afetos estão na origem das individuações. Quando somos afetados e nossas respostas habituais não conseguem enfrentar o que se apresenta como uma problema, nós nos individualizamos e, ao mesmo tempo, individualizamos a situação. O afeto nos obriga a buscar no pré-individual, esse fundo partilhado que não está ainda individualizado, esse fundo de potencial que cada um possui para inventar uma nova maneira de se organizar.

Os afetos, contudo, não são sempre positivos e induzem efeitos inesperados: o carro da líder da comunidade é quebrado, sem dúvida por ciúmes ou vingança; confusões e brigas relativas à “Horta Comunitária” nos levam a interromper essa parte do projeto. Os afetos que resultam da mistura entre orgulho e vergonha, esse sentimento de um poder em comum, de uma comunidade a ser inventada e da possibilidade de um futuro comum a ser defendido, tudo isso expresso lá, no meio da assembléia, convocava a recorrer a uma base comum para inventar uma nova organização.

O nível de poluição alcançado, assim como a recusa da municipalidade em, até aquele momento, tratar os dejetos de uma comunidade não reconhecida, impedia de continuar por mais tempo a ação de cada um se livrar do lixo da maneira que fosse possível. Não havia a necessidade de um líder,

de um herói ou de um gênio capaz de ter ideias brilhantes. E a individuação é um processo que depende dos indivíduos; ela havia acontecido, ao mesmo tempo, nos níveis psíquicos, coletivos e técnicos (STIEGLER, 1998). Nossas propostas eram simples (triagem na fonte de resíduos orgânicos, uma carroça para transportá-los, técnicas simples de compostagem, de reciclagem, vínculos com empresas locais) e, no contexto da Assembleia Popular, apareciam como uma semente capaz de engendrar uma “mudança de fase”, como um grão de areia que consegue cristalizar uma extensão de água (SIMONDON, 1964).

Não impusemos uma forma a uma matéria como faz um operário que molda um tijolo ou a construção de uma parede: uma nova organização se individuava e se inventava coletivamente e tomava forma rapidamente pelo contágio dos entusiasmos e das contribuições. Projeto, técnicas, indivíduos estavam misturados, conectados e nos permitiam descobrir uma comunidade que, paralelamente, se individuava.

CENTRALIDADE DA PERIFERIA

Seu rosto desfigurado e cansado se iluminava quando eu pedia para me mostrar e me explicar suas técnicas de cultivo. Ele era um senhor idoso que morava em uma das ladeiras e que me acolhia a cada visita com um café muito forte, preparado em um coador marrom. Ele morava em uma pequena casa, mas plantava e cuidava do quintal mais “rico” de todo o bairro. A cada reencontro ele contava novamente, com a mesma alegria, sobre suas astúcias, seguro desse orgulho de possuir seu próprio quintal, antes de me encorajar para o trabalho com um tapa nas costas, executando um gesto que era sua assinatura.

Depois, eu passava para ver a vizinha, algumas casas mais adiante, que me mostrava suas ervas aromáticas: manjeriço, alecrim, coentro. Então, fazíamos o “tour” das árvores frutíferas, e sobretudo – a cada vez como um tesouro que ela redescobria – nos maravilhávamos com a acerola! Toda pomposa, mas com um jeito desastrado em seu jardim de terra, ela me mostrava sua caixa de minhocas, suas estatuetas de argila... seu pequeno mundo, sempre orgulhosa de seu próprio cantinho, de seu refúgio.

Já fazia seis semanas que estávamos na comunidade, lá atuando todos os dias, quando fomos convidados, com W. e com a equipe de coleta, a entrar

nas casas de alguns moradores participantes do movimento, em seu espaço mais íntimo. Eles mostraram os recipientes correspondentes aos diferentes tipos de dejetos, elaboraram um testemunho acerca dos novos conhecimentos que adquiriram e nos levaram para conhecer seus quintais.

Quase todos os resíduos orgânicos eram reciclados, transformados em material de compostagem. Os recicláveis como, por exemplo, o alumínio, o papel ou os plásticos, eram revendidos. O restante era levado de carroça até o ponto de coleta municipal. As ruas e redondezas se tornaram mais limpas e dois catadores conseguiram um trabalho remunerado pela venda do material e pela contribuição que quase todas as famílias passaram a dar para a coleta domiciliar, de R\$ 5,00 por mês.

No momento dessas visitas, brilhava um orgulho enorme nas interações e cumprimentos que nos acolhiam nas ruas. Orgulho de suas realizações, de suas casas, de suas contribuições, de pertencer à comunidade. Não se tratava mais de “nosso projeto”, mas, para cada um deles, de seu próprio projeto, um projeto “deles”. No momento de realização da assembleia, havíamos falado sobretudo de lixo, mas o orgulho da comunidade não se limitava às estratégias de tratamento de dejetos, ele se relacionava a um engajamento ambiental: se apoiava sobre e reforçava uma organização social, um combate político.

O movimento havia começado por aquilo que existia de mais exterior, de mais periférico. Os dejetos, aquilo que rejeitamos, que escondemos, que possui o menor valor possível, haviam se transformado em algo central para a comunidade. Os dejetos eram, a princípio, revalorizados, transformados em fonte de compostagem que podia ser partilhada e que rendia lucros. De fonte de poluição, eles passam a ser fonte de contribuição natural para a agricultura e, na sequência, se transformam em fontes de orgulho e de contribuição para a comunidade, compondo um projeto comum e sobre o qual falávamos muito - oferecendo contornos a um objeto de decisão coletiva e que demandava a participação de cada um. Ao se individualar, o projeto “Bairro Limpo” se trans-individuava, contaminava outras esferas e dinâmicas, e participava da individuação da comunidade e de seus membros. E, claro, também dos pesquisadores.

Passando da periferia a um espaço mais central, da invisibilidade à busca de dignidade, da rejeição à transformação do lixo em fonte de valor, da lógica linear do consumo em direção à uma economia mais circular, as transformações se propagaram e adquiriram um poder prático.

UM MODO DE EXISTÊNCIA

Levei algum tempo para entender com profundidade aquilo que W. me confiava. Eu voltei à comunidade, três anos depois, com W., com meu orientador de tese e mais uma pesquisadora, que também é atriz. Nós fomos ver no que o projeto havia se transformado e reencontrar as pessoas com as quais vivemos essas aventuras. W. me disse que um urbanista da cidade de Ribeirão das Neves, cuja ocupação administrativa tinha proeminência, havia citado como exemplo, por ocasião de uma reunião sobre urbanismo na grande Belo Horizonte ocorrida em 2017, a independência sanitária de Tomás Balduino. Tal independência relacionava-se ao fato de a comunidade tratar o lixo produzido por seus habitantes e à organização que estabeleceram a partir do projeto “Bairro Limpo”, assim como a continuidade de suas ações (coleta, compostagem, reciclagem). Além disso, novas ações foram acrescentadas ao cotidiano da comunidade, como a retomada das hortas comunitárias e transformação dos carrinhos e carroças de coleta. Foi somente quando nos assentamos no sofá de uma das famílias que nos recebia que tomei consciência do que essa exemplaridade queria dizer, do que essa reflexão representava.

A municipalidade não queria negociar com a comunidade. Isso não se devia ao fato de que ela estivesse insensível ao destino de uma parte de seus habitantes, mas ela não podia se envolver institucionalmente e legalmente, pois isso seria reconhecer uma ocupação ilegal. Quando um serviço da prefeitura mostra a organização de Tomás Balduino como exemplo, ele reconhece não somente sua organização, apresentando a comunidade como modelo de autosuficiência, mas também a reconhece em seu conjunto. Isso implica um ganho de legitimidade e uma pequena vitória no combate político dos habitantes pelo direito de habitar o terreno.

O que une os habitantes da ocupação não é o acaso de uma proximidade geográfica. É uma mesma condição. Muitos sem dúvida teriam preferido viver em outro lugar, mas a ocupação é frequentemente a única opção para continuar a viver dignamente. Eu comecei a experimentar um sentimento crescente de pertencimento comunitário e via diante de mim uma maneira de viver, um modo de existência. A legitimidade é um direito de existir da maneira que se deseja. Um modo de viver que se experimenta. Um estilo em nome do qual os habitantes estão sempre prontos para lutar (mesmo se eles não o escolheram de modo soberano), que os distingue e os individua

(Macé, 2016). Um modo de vida popular, que reivindica seu direito de existir e que o projeto reforça: um modo de vida através do qual aparecem certas capacidades e agenciamentos.

A performatividade do que havíamos proposto, o contágio dos afetos, o engajamento de cada um para contribuir com o bem comum não podem ser compreendidos sem localizarmos o projeto na história mais ampla da constituição da comunidade, na história dos seus pioneiros, no engajamento de alguns líderes, na audácia daqueles que chegavam, nos auxílios trazidos pelas brigadas populares. Nem tampouco sem recuperar em nossa memória a prática do mutirão (DUARTE, 1998; McNEE, 2007) e a história dos quilombos (BOWEN, 2010). Todos esses elementos não explicam o impacto do projeto, eles são as bases pre-individuais sobre as quais o projeto foi inventado, o virtual que os participantes – e que também nós, pesquisadores – soubemos trazer à existência (cf. LAPOUJADE, 2017). O que eles me fizeram descobrir e viver foi um modo de vida que retoma, à sua maneira, as tradições enraizadas, que inventa também sua maneira própria de se organizar, de se representar, de lutar e de sobreviver. Ao revisitá-los, eu reencontrava essa descoberta com grande emoção.

FANTASMAS

A longa história da comunidade e do país atuam como espectros que imprimem seus rastros no presente, nas pessoas, nos modos de vida. Esses espectros “falam” conosco sob a forma dos afetos. Os afetos, que parecem uma reação àquilo que é mais presente e mais imediato, nos conectam com os contextos históricos e políticos (MASSUMI, 2015). Mas há momentos em que esse contato se produz mais intensamente. O teatro consegue induzir tais momentos.

Sem que houvesse qualquer vínculo entre as duas séries de acontecimentos, Zé Walter Albinati, um dos membros do grupo de teatro de Isabela, pesquisadora que nos acompanhava nesse retorno a campo, estreou uma peça na ocupação. A peça, apresentada diante da comunidade, retomava a história do Caldeirão de Santa Cruz do deserto, aquela de um certo pedaço de terra no Nordeste do Brasil, mostrando um povo explorado. Caldeirão de Santa Cruz do deserto era uma comunidade dirigida pelo Beato José Lourenço, sob a liderança do Padre Cícero, nos anos 1930. A região, em

plena aridez e secura no sertão do Ceará, era alimentada somente por um poço: o “Caldeirão”. Essa comunidade era conhecida por sua organização, na qual o trabalho distribuído entre todos excluía qualquer forma de exploração. A partilha e a cooperação estavam no coração da comunidade, o que contrastava escandalosamente com a organização de outras explorações. Os poderes locais e nacionais combateram violentamente essa ocupação pacífica, propagando o rumor de uma rebelião: uma nova “Guerra de Canudos”, diziam eles. Vale lembrar que a comunidade de Canudos foi bombardeada em 1937 por dois aviões de caça, um massacre encomendado pelo presidente em exercício na época: Getúlio Vargas.

Em 2017, esse episódio, literalmente queimado dos arquivos da história oficial, completou 80 anos. A peça recontava essa invenção coletiva de um modo de vida.

Cada um era livre para relacionar essa peça, esse pedaço da história comum, às lutas atuais pela terra, pela habitação e pelos direitos no Brasil. Contudo, a peça foi encenada em um momento intenso para a comunidade: pouco antes de acontecer o julgamento acerca do estatuto da ocupação em curso. Os Brigadistas juntamente com a comunidade se organizaram para que fosse possível que os habitantes estivessem presentes. A mobilização foi enorme e uma grande parte da comunidade de Tomás Balduino foi até a capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, para assistir à audiência. W. acredita que o circuito de afetos provocado pelo espetáculo apresentado logo antes contribuiu para essa adesão em massa. W também acredita que essa presença massiva havia, sem dúvida, influenciado a atitude positiva do Juiz. Ele havia sido confrontado com os numerosos e variados rostos dos habitantes, e não com tabelas de números e relatos desumanizados de ocupações ilegais. Esses rostos, mesmo sem poder tomar a palavra, testemunharam e interpelaram. Eles contavam, em sua singularidade e multiplicidade, a solidariedade de seus integrantes, seus laços com o espaço da ocupação, com a comunidade, com seu modo de existência, com a fonte de sua dignidade. A comunidade havia adquirido um rosto que, segundo a expressão de Lévinas, grita: “não me mate!”

Os afetos colocam em comunicação diferentes espacialidades e temporalidades, a história e a cultura, as intensidades e as feridas, os fantasmas e as materialidades, as lembranças e os desejos, o cotidiano e o imaginário. Suas economias, conectividades e resultantes são difíceis de antecipar. Mas

afastá-las da pesquisa seria privar-se de uma grande parte do que confere o gosto, o sumo, o contexto e a energia de um mundo social e das lutas atuais. O gesto de pesquisar permanecendo o mais sensível possível aos afetos não nos oferece sempre “provas” científicas, mas é o que naquela ocasião me colocava em contato com a alma, a energia, as intensidades do lugar, com o que me parece justo nessa ocupação ilegal.

EM PESQUISA... EM BUSCA DE...

Olhares que se cruzam, mãos que se erguem para decidirem juntas, mangas de camisa que são arregassadas, ideias experimentadas... o composto que se partilha, as lutas que congregam uma comunidade: que líder poderia ter desencadeado tudo isso? Querer criar esse processo a partir do exterior seria uma ilusão, um sonho que se inscreveria na longa história colonial e pós-colonial do estrangeiro benevolente que conhece e que guia. Nossas proposições, nossas ideias, não teriam nenhum efeito sem a conjunção desses contextos e das apropriações feitas pelas múltiplas pessoas que com elas contribuíram. Não houve ajuda, mas co-construção e múltiplas contribuições. Cada um trazia contribuições e levava consigo retribuições ao se acercar do projeto e receber nosso impulso. Eu tinha a sensação de ter sido útil, de ter sido testemunha de um modo de vida, de ter colaborado para essa convergência de energia e, por isso, aprendi coisas sobre assuntos variados, tive intuições e amadurecimento de reflexões para minha pesquisa. Essa magia tinha, para mim, sua fonte em uma força, uma fé, uma vontade de ação espiritual. Meu percurso de quatro anos havia começado em um *ashram* na Índia, reorientando profundamente minha vida em direção a uma busca espiritual em direção ao que os indianos chamam de Kharma Yoga, a ajuda incondicional. Será que minha busca estava em vias de se concretizar, ou ainda estaria atado a uma auto-ilusão de controle que relança um ciclo de sofrimento?

Pesquisa acadêmica, ação humanista e transformação espiritual aqui pareciam convergir idealmente.

REJEITADOS

No entanto, após vários dias destinados a ajustar as descrições e reflexões para fazer justiça a essa experiência e aos membros da comunidade, recebo,

uma vez após outra e mais uma outra, notícias de que minhas proposições de artigo não foram aceitas. Às vezes, mesmo após três rodadas de revisões e de reestruturação de todo o texto, recebia a resposta de recusa. A pesquisa participativa, trajetória metodológica que escolhi seguir, tem dificuldade de ser compreendida e aceita. Eu queria que as vozes dessa comunidade fossem escutadas. Creio que a raiva que se apossou de mim ao receber todas essas negativas deriva dessa impressão de que as pessoas não querem ouvir essas vozes. Mas como escutar essas vozes e como fazer com que sejam escutadas?

Mas como fazer com que sejam escutadas e como podemos fazer para que elas possam ser escutadas? Como endereçá-las e tornar possível escutar esses conjuntos amalgamados de afetos, de desejos, de pensamentos, de palavras, de rostos e de paisagens? E sobretudo sem traí-los e sem utilizá-los em prol de mim mesmo e de minha pesquisa? Como acolher e comunicar esse material complexo, afetivo e político?

SOBRE-VIVER

Pier Paolo Pasolini era terminantemente contra o apagamento das formas populares de vida nos bairros populares em Roma (cf. MACÉ, 2016). A ocupação Tomás Balduino não representa um modo de vida utópico, escolhido tendo em vista uma autonomia. Ela aparece para mim mais como uma organização da subsistência, uma maneira de “se virar” para alcançar um modo de vida digno e respeitável. Mas esse modo de vida define uma forma singular, um estilo próprio a partir do qual os habitantes adquirem um orgulho e elaboram a invenção de uma organização sustentável, limitando ao máximo a produção de lixo: uma maneira de se individuarem coletivamente e singularmente, que enfrenta a ameaça de ser destruída. Como Macé (2016) nos explica, é sobre os estilos de vida que atualmente se formam muitas de nossas expectativas, de nossos julgamentos, de nossos engajamentos e de nossas lutas. Esse modo de vida na ocupação é incomparável, incomensurável, mas é também frágil. O que será dessa comunidade que, à sua maneira, me ensinou muito sobre a organização, a liderança, o engajamento e os valores humanos no mundo atual?

Hoje eu relembro essa paisagem que aprendi a amar: penso no rosto do senhor idoso que tinha “quintal mais rico” e que faleceu pouco depois, nos dois catadores que encontraram um emprego e partiram da comunidade,

na líder da comunidade cheia de atenção e engajamento, na implicação dos membros das Brigadas Populares que tentavam conjugar seu notório ativismo com os estudos acadêmicos. Penso em todos os “Bom dia!” dirigidos a mim em alta voz quando passava pela comunidade, nos convites feitos de modo orgulhoso para conversar no jardim, nas lutas dos moradores para fazer valer seus direitos sobre aquilo de que cuidavam tão bem... sei que o futuro dessas paisagens, desses rostos, desses orgulhos está ameaçado.

O novo governo acaba de assumir seu posto. Durante sua campanha, o atual presidente declarou sua intenção de considerar os movimentos populares que defendem as ocupações como terroristas. O que acontecerá com os ocupantes e como seus rostos poderão ser ouvidos? O que acontecerá com essas paisagens que lhe conferiam um suplemento de dignidade e de esperança? O que será de todos aqueles que generosamente se dedicam a acompanhá-los?

Penso nesses rostos e nessas paisagens. Tenho dificuldade para dormir. A noite será longa.

REFERÊNCIAS

- BOWEN, M.L., 2010, “The struggle for black land rights in Brazil: an insider’s view on quilombos and the quilombo land movement,” *African and Black Diaspora: An International Journal*, Vol.3, No 2, pp.147-168.
- DUARTE, E.G. (1998), *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*, Thesis defended at the University of Sao Paulo.
- LAPOUJADE, D., 2018, *Les Existences moindres*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- LETICHE, H e MORICEAU, J-L., 2018, “An interview with Alphonso LINGIS”, *Society and Business Review*, Vol. 13, n°3, pp. 254-257.
- LINGIS, A., 1998, *The Imperative*, Bloomington, IN, Indiana University Press.
- MACÉ, M., 2016, *Styles. Critique de nos formes de vie*, Paris, Gallimard.
- MASSUMI, B., 2015, *Politics of Affects*, Cambridge UK: Polity Press.
- McNEE, M., 2007, “Tradiconalidade, Direitos Humanos e Sem-Terridade: Narrativas Escritas e Visuais no MST”, *Cadernos de Letras da UFF*, n°33, pp. 105-121.

SIMONDOM, G., 2005, *L'individu à la lumière des notions de forme de forme et d'information*, Grenoble, Jérôme Millon. Réédition 2013.

SIMONDOM, G., 1964, *L'individu et sa genèse physico-biologique*, Paris, Presses Universitaires de France.

STEWART, K., 2007, *Ordinary Affects*, Durham, NC: Duke University Press.

STIEGLER, B., 1998, « Temps et individuations technique, psychique et collective dans l'œuvre de Simondon », *Intellectica*, 1998/1-2, 26-27, pp. 241-256.